

Moratória não prejudica créditos do Banco Mundial

Brasília — A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa não comprometeu os empréstimos de US\$ 1,6 bilhão que o Banco Mundial (Bird) fará ao Brasil no exercício fiscal 87/88 para aplicação em projetos setoriais. Mesmo após a decretação da moratória, o Bird não demonstrou qualquer intenção de suspender as negociações em curso para a liberação dos recursos para vários empreendimentos, garantiu um técnico do governo recém-chegado de Washington.

O Brasil está solicitando a liberação de um empréstimo de US\$ 500 milhões para o setor elétrico, este ano; de US\$ 150 milhões para construção e restauração de rodovias; US\$ 250 milhões para projetos de urbanização de nove regiões metropolitanas; US\$ 120 milhões para projetos de distribuição de gás em São Paulo; e também para o Rio de Janeiro, com recursos ainda não definidos; além de projetos na área agrícola e para o Nordeste.

As negociações para a liberação de recursos para a pavimentação de rodovias e de urbanização estão em curso. Ainda este semestre, segundo fontes do governo, devem ser iniciadas as negociações para liberação de recursos para o setor elétrico. No final do ano passado, o Brasil esperava aumentar os empréstimos do Bird ao país de US\$ 1,6 bilhão para

US\$ 2 bilhões. A expectativa, agora, é manter os empréstimos nos mesmos níveis do exercício fiscal passado.

As negociações com o Banco Mundial estão muito tranquilas, informaram técnicos envolvidos na negociação da dívida externa. Por este motivo, eles acham que as relações do Bird com o Brasil devem se limitar à obtenção de empréstimos setoriais, sem qualquer ingerência na política econômica interna, como propôs o presidente do banco, Barber Conable, como forma de o país conseguir grandes empréstimos externos.

Se o país se dispusesse a aceitar as condições do Bird, certamente conseguiria um enorme volume de recursos, mas teria de se submeter a um controle muito mais rígido na economia do que o exercido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo avaliam estes técnicos.

Ao contrário do FMI, que se limita a traçar políticas para a recuperação do balanço de pagamentos, o Banco Mundial exigiria, em contrapartida à liberação de grandes empréstimos, poder de participar na definição de políticas de crédito, agrícola e industrial, privatização de empresas e desenvolvimento regional. O Brasil, avaliam os técnicos, não poderia dar um passo sem consultar o Bird. Já o FMI não desce a estes detalhes de política econômica.